

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.189 - SP (2018/0178616-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : R E
ADVOGADOS : ANTÔNIO GARCIA DE OLIVEIRA JUNIOR - SP127619
CARLO RODRIGO CREPALDI LOPES - SP191343
AGRAVANTE : I D F
ADVOGADO : GERALDO FRANCISCO DO N.SOBRINHO - SP152399
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL COM PARTILHA DE BENS. ESCRITURA PÚBLICA DE UNIÃO ESTÁVEL. NULIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por R E contra inadmissão, na origem, de seu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 1050):

DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL - Ação ajuizada pelo ex-companheiro em face da ex- companheira - Dissolução, partilha de bens e alimentos - Procedência parcial do pedido - Inconformismo de ambas as partes - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Inexistência de vício na escritura pública de união estável e de irregularidade das doações efetivadas ao autor - Exclusão dos bens de propriedade do autor - Partilha dos imóveis registrados em nome das partes na constância da união - Bens móveis partilhados genericamente pela r. sentença - Necessidade de individualização e apuração na fase de liquidação - Guarda do filho menor corretamente concedida ao autor - Vontade do menor - Alimentos para a ex-companheira fixados adequadamente em 5 salários mínimos - Garantia de padrão de vida pelo tempo necessário para a reinserção no mercado de trabalho - Sentença mantida - Recursos desprovidos com observação.

Os embargos de declaração opostos por R E foram rejeitados com observação no seguinte sentido (e-STJ fl. 1090-1094):

Por fim, para evitar rediscussão sobre a matéria, é oportuna a observação tão somente quanto à apuração do valor dos automóveis partilhados, devendo ser considerado o valor de mercado da época da separação das partes (dezembro/2013 - fls. 3).

Os embargos de declaração opostos por I D F também foram rejeitados. (e-STJ fl. 1108-1111).

Nas razões de seu recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c" do inciso III do Artigo 105 da Constituição Federal, a parte recorrente R E sustenta vulneração aos arts. 138 e 139, I, do Código Civil. Defende que a Escritura Pública de União Estável foi elaborada em patente vício de consentimento e em desequilíbrio financeiro entre as partes. Assevera que *"as provas carreadas aos autos são mais do que suficientes para caracterizar o dolo e comprovar que a Recorrente foi ludibriada e conduzida a assinar aquela Escritura de União Estável, na esperança de legalizar seu relacionamento e fortalecer a entidade familiar"* (e-STJ fl.1127/1128). Pugna pela nulidade da referida escritura e pela divisão dos bens em proporção de 50% para cada companheiro.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 1156-1166).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (e-STJ fl. 1269-1275).

É o relatório. Passo a decidir.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Quanto à tese de ofensa ao art. 138 e 139, I, do Código Civil, o Tribunal de Justiça de São Paulo manifestou-se no sentido que não há vício de consentimento na escritura pública de união estável pactuada, que está

escorreita e dentro dos princípios legais, não existindo nos autos nenhum indício, por menor que seja, de que a requerida tenha sido enganada pelo autor na efetivação do negócio. Eis o voto (e-STJ fl. 1053/1054):

Na hipótese aqui cuidada, a escritura pública de fl. 16 está escoreita, dentro dos princípios legais, já que foi livremente pactuada entre as partes. Observa-se que estas, na época, procuraram um negócio jurídico que se ajustasse à suas necessidades e anseios, tendo plena razão do que estavam fazendo ao assinar e concordar expressamente com todos os termos da mesma, não existindo nos autos nenhum indício, por menor que seja, de que a requerida foi enganada pelo autor na efetivação do negócio. Não se pode aceitar, sob pena de se decretar o caos entre as relações contratuais, que a parte autora pudesse ser induzida em erro para assinar os documentos, isto porque tinha conhecimento de todas as cláusulas, comprometendo-se em cumpri-las, conforme se observa no contrato acima citado.

Nesse sentido, o exame da questão relacionada à validade da escritura pública de união estável pactuada esbarra na necessidade do reexame de provas, providência vedada na via eleita, atraindo a aplicação da Súmula 7 deste Tribunal.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015. O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada. Com base em tais premissas, a título de honorários recursais, sendo fixada inicialmente verba honorária em R\$1.000,00 (e-STJ fl. 814), a majoração dos honorários para R\$1.500,00 é medida adequada à hipótese. Ônus suspensos, entretanto, na hipótese de assistência judiciária, nos termos do

art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

